

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Camila Padilha Costa

**A reivindicação Mbya Guarani pela Mata São Lourenço: reflexões  
sobre os diferentes discursos territoriais**

Porto Alegre

2018

Camila Padilha Costa

**A reivindicação Mbyá Guarani pela Mata São Lourenço: reflexões  
sobre os diferentes discursos territoriais**

Trabalho de conclusão de curso de graduação  
apresentado ao Instituto de Geociências da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
como requisito parcial para a obtenção do título  
de Bacharel (a) em Geografia.

Área de habilitação: Bacharel em Geografia

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Argenta Câmara

Porto Alegre

2018

Camila Padilha Costa

**A reivindicação Mbyá Guarani pela Mata São Lourenço: reflexões sobre os  
diferentes discursos territoriais**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel (a) em Geografia.

Aprovado em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Nome do professor - instituição

---

Nome do professor - instituição

---

Nome do professor - instituição (orientador)

## Agradecimentos

Ao final deste trabalho, gostaria de registrar aqui alguns nomes que foram e são importantes na minha caminhada.

Primeiramente aos Mbyá Guarani de Koenju, porque foi com eles que entrei nessa viagem que não consigo nomear e que foram e são fonte de inspiração de vida, de luta e de alegria: ao Ariel, Maria, Jachuka, Ralf, Gustavo e demais membros da família Ortega. *Aguyjevete!*

Às minhas irmãs, Carla e Anelize, porque apesar de tudo o que já foi, a gente continua seguindo firme em nossas caminhadas.

Agradeço também à Marcelinha e à Jéssica, minhas conterrâneas e mulheres que admiro muito.

Diana Manrique e Cecília Belén: minhas (ins) pirações latino-americanas que tive o privilégio de viver e aprender junto. Gracias, lindas!

Aos meus coleguinhas da graduação que viraram grandes amigos também: Rafa, Meri, Renan, Ben-Hur, Fábio e, em especial, ao Matheus e à Luisa porque a gente não conseguiu se desgrudar desde o primeiro semestre!

Ao Diretório Acadêmico da Geografia e à Associação dos Geógrafos Brasileiros de Porto Alegre, que em muito contribuíram dentro da minha trajetória geográfica.

Aos professores da Geografia que me inspiraram na busca pela compreensão além dos muros da universidade, e em especial ao Marcelo Câmara, por orientar este trabalho com uma dedicação ímpar.

Por último, mas nada menos importante, ao meu companheiríssimo Oro, que quero tão bem e que encontra forças em mim onde nem eu percebo, te amo!

## **RESUMO**

O presente trabalho busca evidenciar as diferentes matrizes discursivas a respeito de território e territorialidades a partir da perspectiva de Imaginário Social, utilizando como estudo de caso a reivindicação por uma área de mata nativa na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, por parte de grupos Mbyá Guarani. Para isso, foi traçado um panorama de constituição ocupacional da região, demonstrando como o discurso ocidental operou na imposição de sua racionalidade sobre as populações indígenas.

Palavras-chave: Territórios. Territorialidades. Imaginário-Social.

## **ABSTRACT**

The present work pursues to evidence the different discursive matrices regarding territory and territorialities through the Social Imaginary perspective, using as a study case the claim for an area of native forest in the northwest region of the state of Rio Grande do Sul, by Mbyá Guaraní groups. For this, a panorama of occupational constitution of the region was made, demonstrating how the Western discourse operated in the imposition of its rationality on the indigenous populations.

Keywords: Territory. Territoriality. Social Imaginary.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização São Miguel das Missões .....	23
Figura 2 – Mapa de localização Mata São Lourenço.....	24
Figura 3 – Mapa da área Mata São Lourenço.....	24

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PGDR – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural

## SUMÁRIO

<b>O COMEÇO...</b> .....	<b>9</b>
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
1.1 APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	13
<b>2. A OCUPAÇÃO NA REGIÃO DAS MISSÕES/RS</b> .....	<b>17</b>
2.1 A MODERNIZAÇÃO DO CAMPO NO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL.....	20
<b>3. A MATA SÃO LOURENÇO</b> .....	<b>23</b>
<b>4. REFLEXÕES SOBRE UMA PRETENSA SUPERIORIDADE OCIDENTAL</b> ..	<b>28</b>
4.1 A CONSTITUIÇÃO DO IMAGINÁRIO-SOCIAL COMO PERSPECTIVA PARA A COMPREENSÃO DE ORGANIZAÇÃO DAS SOCIEDADES.....	31
<b>5. CONFRONTO DE TERRITORIALIDADES: Mbyá Guarani x Estado</b> .....	<b>34</b>
5.1 DISTINTAS SOCIEDADES, DISTINTAS TERRITORIALIDADES.....	36
<b>6. REFLEXÕES FINAIS</b> .....	<b>39</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>41</b>

## O COMEÇO...

Meu percurso com os Mbyá Guarani começou em setembro de 2012, na época em que eu era bolsista de iniciação científica do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS, o PGDR, e estava participando do projeto “Territorialidades”, no qual foram feitos mapeamentos de agroflorestas no estado do RS, sendo que uma das áreas incluía a comunidade Mbyá Guarani de Koenju, localizada no município de São Miguel das Missões/RS.

Desde lá, criei vínculos com um grupo Mbyá e, com o passar do tempo, nossa relação foi se afinando a ponto de eu não mais vê-los através da mediação feita pela universidade. Fiquei amiga deles e assim fui conhecendo cada vez mais os Guarani e, em especial, a família Ortega, que de muitas maneiras, inspirou esse trabalho e muito das reflexões feitas aqui.

Digo isso porque conforme fui tendo a oportunidade de conhecê-los, vivenciei muitos acontecimentos nos quais fui desconstruindo uma imagem colonizada que tinha a respeito das populações indígenas, e acredito que muitas dessas situações, em realidade, são um grande ensinamento para grande parte das pessoas que vivem em uma sociedade onde enxergar o diferente como uma “ameaça”, em qualquer nível, na realidade é uma das coisas mais tolas que podemos fazer.

De muitas formas esse trabalho é fruto de vivências e aprendizados, alguns bastante duros, outros tantos muito bonitos, que aqui se materializam como um trabalho acadêmico, mas que também é uma posição tomada enquanto aluna de geografia na busca por uma maior compreensão e respeito às populações indígenas, suas lutas pelo reconhecimento de suas formas de vida e força, que tanto me tocaram.

## 1 INTRODUÇÃO

No início de março deste ano, retornei à São Miguel das Missões depois de três anos sem visitar Koenju, a comunidade Mbyá Guarani que fica a 30 km do município. Durante a viagem, uma das coisas que mais se destaca é a paisagem dos plantios de soja que começa a surgir enquanto se segue pela BR-386 até Soledade e, de lá, para Cruz Alta, onde minha carona me deixou para seguir de ônibus até São Miguel das Missões. O que se vê são campos e mais campos onde o monocultivo da soja é o elemento que predomina. Esse cultivo é tão grande que contrasta no horizonte diretamente com o céu; tão intruso que ignora qualquer faixa de domínio, onde um mínimo de mata nativa deveria ser preservada. Na beira das estradas, o que se observa são instalações de empresas de produtos derivados do grão da soja, além de muitos silos ao longo do trajeto.

Chegando a São Miguel das Missões, município com pouco mais de 4.000 habitantes, penetrei em um mundo sossegado, onde o que se escuta são os ruídos dos caminhões de carga que chegam e saem da cidade. Nas poucas ruas que compõem sua malha urbana, estão casas residenciais, hotéis, postos de gasolina, botecos, restaurantes - o maior restaurante da cidade é o Aldeia Grill -, e outros estabelecimentos cujos nomes fazem referência direta aos Guarani. Mas não é referência aos Guarani de hoje, e sim aos do passado, àqueles que foram reduzidos<sup>1</sup>, aqueles que estão, de certa forma, "romantizados" na história da sociedade ocidental, aqueles que foram parte da experiência missioneira colonial no Rio Grande do Sul. Há muitas referências ao passado, na memória de quem enxerga no Guarani uma figura exótica que aprendeu a ser gente a partir de um projeto colonial-civilizatório.

Nesse contexto cheio de interações e segregações, convivem, até os dias de hoje, os Mbyá Guarani e os *jurua* – não indígenas, na língua guarani. Durante todo o trajeto da cidade à Koenju, meu campo de visão se perdeu no meio da soja, esse tapete verde

---

<sup>1</sup> O dicionário RAE (Real Academia Española), define a palavra “redução” em seu sentido tanto de ação como filosófico, a saber: “Ação ou efeito de reduzir ou reduzir-se; Povoados de indígenas convertidos ao cristianismo”. É entendida também como “operação que consiste em eliminar de uma vivência e de seu objeto qualquer posição tomada sobre sua realidade, assim como da existência do sujeito”.

homogêneo. É difícil imaginar esta paisagem antes de todas as transformações resultantes do processo histórico colonial, de modos de produção capitalista e dos conflitos gerados por eles.

No meio dos campos infundáveis de soja, existem pequenas “ilhas” de mata nativa onde ainda resta um pouco de vida para além do agronegócio: mas em geral, o que se vê é a soja e, ilhada entre ela, a mata.

Entrei na estrada que vai de São Miguel até Koenju, a cerca de quinze minutos de lá. Quando parei em frente à porteira de uma propriedade rural, mais ou menos a quarenta metros de distância da estrada, observei, ao fundo, um capão de mata nativa onde avistei três mulheres, duas Mbyá e uma *juruá* com fortes traços indígenas. Carregavam em seus ombros, taquaras retiradas de dentro da mata. As três seguiram pelo meio da soja até a estrada, onde as encontrei e ajudei a cortar as taquaras para colocar dentro do carro em que elas estavam e partirmos.

Ao vivenciar esta situação, comecei a refletir sobre o que vi enquanto esperava por essas mulheres que arriscavam suas vidas ao entrar numa propriedade privada para conseguir um mínimo de matéria-prima para a produção de artesanato. Neste caso em específico, o uso dos recursos naquela área é feito a partir da lógica do proprietário, no entanto, entendo também que alguns usos de recursos naturais são prioridade em nosso quadro social: enquanto o Guarani busca matéria-prima para fazer algo que, no contexto atual, lhe dá algum sustento, encontra muitos obstáculos, dentre eles, a dificuldade de acesso a determinadas localidades. O pouco que resta da taquara, ou qualquer outra madeira ou planta, acaba sendo procurado em lugares que estão dentro dos limites de propriedades privadas, nas quais o Mbyá não tem mais acesso ou permissão para entrar, o que faz parecer como que se vivessem na ilegalidade por seus atos. Não bastasse ter de viver por mais de cinco séculos relegados a uma situação de marginalidade por parte da sociedade branca, os Mbyá – e os indígenas em geral – têm de provar que os territórios pelos quais protestam, de fato, em sua lógica, lhes pertencem. Por conta disso, recorrem a instrumentos que muitas vezes não atendem às suas demandas, pois foram criados a partir de uma lógica de Estado para controle e redução de populações indígenas, como as Terras Indígenas (TI's), por exemplo, categoria jurídica estabelecida pelo Estado brasileiro para lidar com indígenas no marco da tutela (LITTLE, 2003).

Há um conflito em relação às diferentes perspectivas sobre o território. Um dos motivos pelos quais esta situação é histórica e permanente reside também no processo de expansão das fronteiras e consolidação da hegemonia do Estado-Nação que avançou com todas as forças a partir de uma lógica que entende a terra enquanto propriedade e/ou mercadoria, expulsando gradativamente os indígenas dos seus territórios. Para os indígenas, o território possui outros significados e funções. Não é apenas um pedaço de terra que possui valor e pode ser vendido, nem é propriedade. Esse pensamento dominante foi construído a partir da colonização. Veio em barcos que atravessaram o Atlântico em busca de terras e de recursos para suprir demandas de um universo que não tinha nada a ver com o lugar em que chegaram.

A aceção indígena sobre territórios é produto da sua cosmologia. Sobre isso, Felipe (2014) argumenta que:

A cosmologia se coloca desse modo como um conjunto de teorias a respeito do mundo, que compreende e explica o seu funcionamento físico, o lugar ocupado pelos seres e entidades que o habitam, as relações formais e simbólicas entre eles e, principalmente, a disposição de percepções sobre a realidade (FELIPPE, 2014: p. 30).

Configuram-se, desse modo, cosmologias relacionais que não podem ficar presas em categorias fechadas: nas cosmologias indígenas, o “fazer parte” dos sistemas do mundo é o pensamento predominante. Além disso, dentro de um mesmo recorte espacial, pode se encontrar uma pluralidade de sistemas legítimos de pensamento. Porém, o modelo colonial e capitalista prevaleceu nas sociedades pós-coloniais e inibiu a sociedade em geral de compreender os fundamentos epistêmicos dos outros sistemas. Este modelo colonial-capitalista tem predominado e, com ele, uma única ideia a respeito do uso das terras e dos recursos naturais, fundamentada em princípios de uma racionalidade específica que se afirma como detentora exclusiva de conhecimento.

Esse autor ainda traz importante reflexão sobre a historiografia realizada a respeito das etnias ameríndias, argumentando sobre a cosmologia construída a partir do olhar eurocêntrico. Desconstruindo, de certa forma, idealizações que perduram em relação às populações indígenas a partir das suas formas de produção material e simbólica:

Ora, se é sabido que o pensamento ocidental é uma construção desencadeada desde, digamos, o período greco-romano, então seria no mínimo ingênuo acreditar que o conhecimento científico moderno, que se desenvolveu na esteira daquele, seja o parâmetro evolucionário de todo o pensamento lógico

humano. Ignorar que os povos tribais também possuem uma história do seu próprio pensamento filosófico é menosprezar um conhecimento humano engendrado em construções mentais operadas a partir de uma lógica racional e voluntária. (FELIPPE, 2014: p. 18)

De fato, “na cosmologia indígena, a ‘natureza’ e outros conceitos como ‘ecossistema’, tal como a ciência ocidental entende, não são um domínio autônomo e independente, mas fazem parte de um conjunto de inter-relações” (DIEGUES, 2004: p. 15).

Desta maneira, este trabalho irá se desenvolver a partir da reflexão sobre os discursos que estão por trás de conflitos entre territorialidades no noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Por um lado, existe a demanda Mbyá que reivindica a Mata São Lourenço, situada a 6 km da cidade de São Miguel das Missões. É uma demanda relativamente antiga e é pleiteada porque os Guarani entendem essa área como importante para a reprodução do *mbyárekó* (modo de ser guarani) e como território de seus antepassados, além de defenderem sua preservação enquanto patrimônio natural.

A demanda por esta mata é mais um dos inúmeros exemplos que existem em relação à reivindicação por territórios e à legitimidade de quem os reclama. Little (2002) afirma que:

O fato de que seus territórios ficaram fora do regime de propriedade da Colônia, do Império e, até recentemente, da República, não deslegitima suas reivindicações, simplesmente as situa dentro de uma razão histórica e não instrumental, ao mesmo tempo em que mostra sua força histórica e persistência cultural. A expressão dessa territorialidade, então, não reside na figura de leis ou títulos, mas se mantém viva nos bastidores da memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território (LITTLE, 2002: p. 265).

Afirmar a legitimidade de outras concepções de natureza e espaço é também abrir possibilidades de diálogo entre as diferentes maneiras de compreender o mundo. A territorialidade Guarani teve sua legitimidade questionada e invisibilizada pela colonização. O presente trabalho tem por objetivo tentar desconstruir a perspectiva produzida por este processo e através dele.

## 1.1 APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Este estudo busca compreender as diferentes matrizes discursivas sobre o território, como se constituíram e quais as consequências geradas a partir das práticas da imposição de determinada lógica de apropriação dos espaços. Assim, procurou-se compreender, a partir de uma demanda indígena pelo reconhecimento da área da Mata São Lourenço, porque algumas práticas e discursos são legitimadas enquanto outras não. Se anteriormente à colonização, o continente latino-americano “pertencia” aos grupos indígenas, nos dias atuais, poucos espaços lhes são acessíveis para continuar vivendo e reproduzindo seu modo de vida.

Esta pesquisa investiga quais foram os processos que se desenvolveram na região noroeste do Rio Grande do Sul, que hoje configuram a Mata São Lourenço como local de disputa por diferentes sujeitos. A situação atual de subalternização, bem como de ilegitimidade dos discursos Mbyá Guarani perante o pleito pela mata, encontra raízes dentro do processo colonial/civilizatório.

Dessa maneira, a pesquisa feita neste trabalho adotou como metodologia uma abordagem qualitativa por entender que os processos que conformam a realidade tal qual ela é percebida e reproduzida por diferentes sujeitos não é quantificável, ela parte de experiências sociais que se diferenciam política e culturalmente entre diferentes grupos sociais.

Sautu et al (2005), aponta como aspectos importantes a serem empregados na pesquisa qualitativa, a coerência metodológica com a perspectiva teórica utilizada, afirmando também “que la redacción del marco teórico del proyecto debe incluir tanto una teoría general de la sociedad como teorías sustantivas aplicadas al problema específico estudiado.” (SAUTU et al. 2005: p. 137). Assim, partindo do entendimento de que uma sociedade é “designação aplicável a um grupo coletivo humano dotado de uma combinação mais ou menos densa de algumas das seguintes propriedades: territorialidade; (...) organização institucional relativamente autossuficiente (...)” (CASTRO, 1996: p. 2), entendemos que existem múltiplas formas de sociedade que configuram o mundo em diferentes esferas e, por isso, pensamos uma abordagem pluriescalar que desse conta de aspectos gerais e específicos do problema apresentado.

Como teoria geral, o trabalho foca na constituição e reprodução de um modelo epistêmico na América Latina baseado em relações colonialistas que tem na hierarquização, dominação, entre outras, algumas de suas principais características. Entendemos aqui que essas relações continuaram existindo nas mais diversas formas de produção do conhecimento, excluindo e subalternizando modos de vida que não correspondem aos modelos impostos pela lógica colonial/moderna capitalista.

A reivindicação de uma área que é representativa da territorialidade Mbyá Guarani foi utilizada como estudo de caso para demonstrar como diferentes sociedades se constituem e se desenvolvem, apropriando-se territorialmente dos lugares. Compreendemos territorialidade como as formas de compreensão e apropriação de espaços de acordo com a experiência dos indivíduos ou grupos. Buscou-se entender, desse modo, quais são as territorialidades em conflito para demonstrar como elas se expressam nas suas especificidades.

Este estudo também adota o diálogo de saberes como perspectiva metodológica porque pensamos que esta se faz necessária, pois pode dar conta da pluralidade de conhecimentos que são próprias das múltiplas epistemologias que conformam e significam o mundo. O diálogo de saberes parte do entendimento de que se pode combinar ou articular diferentes conhecimentos (científicos e populares) enquanto espaço de colaboração epistêmica, conforme Santos (2010). Procurando aproximar conhecimentos distintos que podem ser potencialmente articulados para dar conta à solução de problemas vistos, eventualmente, como sem resolução, algo que se dá também pela falta de diálogo existente entre diferentes discursos, pois uma parte não reconhece na outra, a possibilidade de discussão, excluindo-a.

O primeiro capítulo traz uma contextualização da ocupação da região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, amparado em Sautu et al (2005), argumentando que “La descripción del contexto socio-histórico (...) es un paso necesario para la formulación del objetivo de investigación” (SAUTU, 2005: p. 143). A autora ressalta ainda que é importante que a descrição do contexto seja situacional, incluindo “cómo, dónde y cuándo tiene lugar el proceso, em qué consiste y quién es están involucrados” (SAUTU, 2003: p. 24).

A utilização da análise pluriescalar foi proposta neste trabalho para abordar os desdobramentos políticos, sociais e econômicos que se desenvolveram a partir do

colonialismo, tema que será discutido no capítulo três, como forma de evidenciar as consequências decorrentes desse processo para o apagamento ou subalternização de determinadas formas de pensamento no continente latino-americano. Dessa maneira, temos como elemento da pesquisa, as heranças da colonização na América Latina que foram necessárias para descrever localmente a situação da área de estudo, pelo fato de que esta é, hoje, produto das transformações que têm início nesse período.

Entretanto, mesmo que os aportes teóricos dêem conta, de certo modo, de sustentar a discussão, entendo também que a abordagem tradicional acadêmica possui alguns limites teóricos, por exemplo, pois o fato de serem teorias adotadas para tentar explicitar algumas questões deste trabalho, por mais que demonstrem coerência com o que pretendo discutir, continuam sendo teorias, conjecturas que procuram dar conta da realidade, mas que nem sempre, encontram correspondência na prática. E desse modo, muitas coisas não estão referenciadas a partir de fontes acadêmicas, todavia estão referenciadas a partir da minha experiência com os Guarani, já citada no início deste trabalho. Muitas dessas experiências simplesmente não entrariam neste trabalho por conta de sua expressão subjetiva, e é dessa forma que Law (2004, p: 2) argumenta que “partes do mundo são ‘pegas’ em nossas etnografias, nossas histórias e nossas estatísticas. Mas outras partes não são, ou se são é porque então foram distorcidas em clareza”<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Tradução da autora.

## 2 A OCUPAÇÃO NA REGIÃO DAS MISSÕES/RS

O histórico de ocupação da região noroeste do estado do Rio Grande do Sul não começou com a chegada dos Jesuítas espanhóis da Companhia de Jesus no século XVII. Antes da empreitada colonizadora, esta região possuía seus sistemas políticos e sociais (re)produzidos pelos nativos dentro de suas próprias estruturas. É importante evidenciar estas informações para não cair na reprodução onde o indígena é visto como alguém que “fez” história a partir do contato colonial.

A área que se conhece como a região das Missões, além da porção nordeste da Argentina, Uruguai e Paraguai, já era habitada por grupos Guarani e outras etnias há muito tempo. Em realidade, a ocupação humana na região das Missões remonta há quase dez mil anos, segundo registro do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC, 2006) Comunidade Mbyá-Guarani em São Miguel Arcanjo/RS, realizado pelo IPHAN, demonstrando que grupos caçadores e coletores pampeanos já circulavam nessas áreas e reproduziam seu modo de vida itinerante.

Contudo, ao chegarem neste continente, os colonizadores, percebendo que ele já era ocupado por distintos grupos, utilizaram de instrumentos de intervenção e submissão dos indígenas (o catolicismo, por exemplo), a fim de fazer com que assimilassem a visão ocidental e se tornassem mão de obra no projeto colonial/civilizatório, sendo as Reduções Jesuíticas<sup>3</sup> um exemplo concreto desse propósito. Entretanto, apesar de ser entendido aqui que a colonização subalternizou os povos ameríndios de muitas formas, não necessariamente aconteceu de maneira que os indígenas fossem as “vítimas” passivas dessa situação de subalternidade.

As Reduções cooptavam indígenas, em especial os Guarani, mas também outros grupos étnicos em menor quantidade (SANTOS; BAPTISTA, 2007) para lhes “ensinar” a viver de acordo com os princípios da igreja cristã. Há muitos registros históricos nas Cartas Ânua<sup>4</sup> relatando as empreitadas colonizadoras e o cotidiano nas Reduções. Nas

---

<sup>3</sup> Aldeamentos organizados pelos jesuítas da Companhia de Jesus como parte do projeto colonial/civilizatório. Tinham o objetivo de cristianizar as populações indígenas. Fonte: <blogdoenem.com.br/historia-missoes-jesuisticas/>

<sup>4</sup> Documentos anuais desenvolvidos pelos padres Jesuítas que eram enviados à Coroa Espanhola, onde relatavam suas experiências na América colonial. Fonte: <www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3599> <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\_content&view=article&id=3599&secao=348&limitstart=1>

cartas, é possível identificar relatos que demonstravam as dificuldades de relação entre os padres e os indígenas. Nas Reduções, foi apresentada aos Guarani uma outra lógica de “como viver”.

Outros modos de vida foram se constituindo na região das Missões. A circulação constante por diferentes áreas seria substituída pela “fixação” dos povos nas Reduções, com a agricultura de subsistência, o pastoreio (caracterizado principalmente pela vinda do gado Vacum trazido da Europa), e a extração da erva-mate. Neste contexto, havia ainda as *encomiendas*, sistema exigido pelos Oficiais Reais, que era um tipo de trabalho indígena obrigatório, e que também buscava a “aglomeração dos indígenas nos povoados, o que permitia ao *encomendero* o controle e estabilidade dos braços de trabalho e, sobretudo, o controle da mobilidade das famílias indígenas”. (SANTOS; BAPTISTA, 2007: p.2).

Não se pretende, contudo, limitar os Guaranis a sujeitos passivos dessa história<sup>5</sup>, mas discorrer sobre os movimentos e processos formadores do que hoje se conhece a respeito da região noroeste do estado, seus aspectos sociais, econômicos e culturais, através da sua formação histórica e econômica. A historiografia possui muitas produções para o conhecimento do passado, mostrando que, antes da chegada da colonização nas Américas, esse vasto continente já tinha habitantes que possuíam suas formas próprias de ocupação e socialização. Porém, um equívoco grave das pesquisas historiográficas que contribuíram para a criação de um imaginário sobre o indígena, decorreu principalmente “de premissas epistemológicas que privilegiavam a narração histórica sobre a ideia de indígenas *vencidos* pelos colonizadores, resultando em uma série de trabalhos que corroboraram com a visão de passividade dos índios” (SANTOS; FELIPPE, 2015: p. 21). Guerras, relações de aliança, inimizade ou outros conflitos territoriais já existiam entre indígenas antes do início da colonização. Baptista (2015) demonstra que estes povos poderiam também ser inimigos e que se diferenciavam entre si em relação às suas práticas. Segundo o autor, os relatos jesuítas da época demonstram que o grupo intitulado Guayaki rejeitava constantemente a integração ao sistema

---

<sup>5</sup> Afirmar isso seria também ignorar o agenciamento dos povos ameríndios: se os *Mbyá* foram viver nas reduções e incorporaram certos preceitos da conduta católica é porque para eles tais elementos faziam sentido, de outro modo, não o fariam. Santos et. al. (2015) utiliza o termo agenciamento para aproximação ao pensamento indígena, para a compreensão de como estas populações “agiam a partir de conhecimentos e saberes próprios, e assim, atuaram *em relação* à presença do outro”. (p. 25)

colonial ao longo do século XVII. O que difere da situação de confrontos a partir do contato colonial é que esses acontecimentos partiam de outras lógicas, possuindo suas próprias razões e motivações e, a partir do contato colonial, foram se modificando, o que antes eram confrontos como forma de produção social<sup>6</sup>, no contexto colonizador tornaram-se confrontos por sobrevivência contra a supressão física e cultural.

Segundo Fontoura (2010) o histórico de desenvolvimento de apropriação da terra no Rio Grande do Sul, passou por três fases distintas, sendo elas: coletiva, sesmaria e mercadológica, culminando, por último, com a modernização da agricultura. Nas Reduções Jesuíticas, dá-se a gênese e a consolidação das atividades agropecuárias. Ainda de acordo com esse autor, aos indígenas foi ensinado o cotidiano do trabalho regular, que resultou no extrativismo da erva-mate e na agricultura de subsistência. Conforme Mantelli (2006), “o desmatamento e a consequente implantação agrícola no Rio Grande do Sul, coincidem com o período da colonização” (MANTELLI, 2006: p. 270). Em decorrência de constantes ataques investidos pelos bandeirantes nesses locais, a Coroa Espanhola acabou se desinteressando pela região, gerando um “vazio demográfico” que acabou sendo preenchido pelo gado trazido da Europa. A utilização do termo “vazio demográfico” pode ser um tanto equívoca, visto que foi usada inclusive, para justificar ações colonizadoras como, por exemplo, a expansão de fronteiras. Porém, é utilizada aqui com a finalidade de explicar os processos pelos quais a região passou.

Com o fim da diligência Jesuíta nas Reduções e o suposto “vazio populacional”, os portugueses começaram a distribuição de glebas de terras em regime de concessão: as sesmarias. Com a chegada dos colonos alemães e italianos, são criados sistemas de produção diferenciados: rotação de terras primitivas, rotação de terras melhoradas e rotação de culturas combinadas com a criação de gado, conforme Fontoura (2012: p. 135 apud WAIBEL, 1958: p. 226-241).

A partir da Lei de Terras de 1850, começou a organização e consolidação da propriedade privada no Brasil. Através desta lei, a única maneira de se ter acesso à terra era pela compra, abolindo também o regime de sesmarias.

---

<sup>6</sup>Ver Felipe, G. Galhegos. “A cosmologia construída de fora: a relação como outro como forma de produção social entre os grupos chaquenhos no século XVIII”. Paco editorial, 2014.

As transformações territoriais que foram ocorrendo nesses períodos (Colônia e Império), estão intimamente ligadas às dinâmicas econômicas (KAGEYAMA, 2008). Com os deslocamentos dos eixos econômicos, a agricultura se fortaleceu no Rio Grande do Sul com a introdução de imigrantes europeus no final do século XIX, dando início ao regime das pequenas propriedades produtivas.

Na região noroeste do RS, as terras tradicionalmente ocupadas pelos grupos indígenas, reduzidos ou não, foram sendo preenchidas pelos europeus recém-chegados. Isso fazia parte de um projeto geopolítico bastante estratégico para o Império brasileiro pois, ao mesmo tempo em que os imigrantes foram preenchendo as áreas consideradas vazias demograficamente com o trabalho agrícola, serviam para a consolidação das fronteiras no Brasil meridional. Sobre isso, Santos (2006) explica que:

Além dessa função estratégica e geopolítica, a imigração foi planejada como um processo de substituição não só do trabalho escravo pelo trabalho livre, mas principalmente como uma substituição do negro escravo pelo branco europeu em um processo de colonização baseado na pequena propriedade. Nessa perspectiva, a escravidão era vista como uma forma arcaica de produção que não se coadunava com a modernidade, enquanto a colonização era vista como um processo civilizatório (SANTOS, 2006: p. 4).

Foi no noroeste do estado que se deu a ocupação definitiva mais recente, tendo como características de sua organização territorial, as atividades dos estancieiros e, posteriormente, dos colonos.

## 2.1 A MODERNIZAÇÃO DO CAMPO NO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL

As primeiras iniciativas de mecanização do campo aconteceram a partir da década de 1920, durante o governo de Getúlio Vargas, com lavouras de arroz e trigo. O trigo se consolidou nos municípios de Panambi e Ijuí. A soja, por sua vez, foi introduzida no estado na década de 1940, e a terra utilizada para o plantio de trigo também passou a ser usada na produção da soja. A partir da década de 1970, a soja se expandiu por toda a região do Planalto Riograndense, subindo em direção ao Centro-Oeste brasileiro (FONTOURA, 2012). A mecanização da agricultura, junto com a chamada Revolução Verde<sup>7</sup>, tem importante contribuição no que se observa hoje em

---

<sup>7</sup>Tecnologias que visaram o aumento da produção de sementes para a agricultura a partir da alteração

relação à dinâmica do campo – com a produção de soja, trigo, entre outros – no estado do Rio Grande do Sul e no Brasil.

A modernização técnica da agricultura brasileira se deu a partir de sua integração no sistema de crédito, bem como a integração de capital financeiro na agricultura, iniciada na metade do século XX, com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), principal base sobre a qual se apoia essa modernização (DELGADO, 2012). Sobre isso, o autor explica que:

Esse sistema, desde sua origem até o presente, tem funcionado com diferentes arranjos de engenharia financeira, que em última instância reciclam recursos financeiros públicos e privados para a aplicação nas atividades do setor rural, designados normativamente (...) No presente essa combinação de políticas é diferente na forma institucional, mas no essencial, mantém a primazia dos recursos públicos e continua a prover subvenções direcionadas ao que atualmente se chama de agronegócio (DELGADO, 2012: p. 102-103).

Dentre os vários processos políticos e econômicos pelos quais passou o campo brasileiro, é importante destacar a historicidade desses movimentos, desde a economia agrícola mercantil no colonialismo, a economia agrícola convencional do setor primário e início da modernização até uma agricultura integrada com a indústria e altamente tecnificada na metade do século XX e XXI, tal como a volta da pauta exportadora de produtos primários na economia do país a partir dos anos 2000 (DELGADO, 2012).

Os processos supracitados resumidamente, dão uma noção geral de como se deram os movimentos que configuram atualmente a produção agrícola no estado do Rio Grande do Sul, e também seus aspectos territoriais. Para além da influência das políticas de ordenamento territorial sobre a agricultura brasileira, desde a época da Colônia até a República, há também a diferenciação na inserção social de pessoas não brancas, como os indígenas, negros e mestiços na conformação do Estado brasileiro e, conseqüentemente, no Rio Grande do Sul, apontado por Fontoura (2012). A estes, o que ficou foi um histórico de imposições arbitrárias e a herança de um estereótipo herdado sobre suas origens e vidas como não correspondentes ao modelo de desenvolvimento econômico legitimado por um pensamento predominantemente capitalista.

O desenvolvimento das atividades efetivadas nessa região, para além da sua

configuração, demonstram que há uma racionalidade que opera por trás destas ações. Neste sentido, o terceiro capítulo deste trabalho discutirá as origens desta racionalidade e como elas se consolidaram.

### 3 A MATA SÃO LOURENÇO

De acordo com o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) produzido no ano de 2006, a Mata São Lourenço está localizada entre as coordenadas 28°27'30" e 28°31'30" de latitude Sul e 54°33'45" e 54°39'15" de longitude Oeste, nas nascentes de córregos formadores do arroio Santa Bárbara, estando situada à noroeste da cidade de São Miguel das Missões. É um local que apresenta núcleos de mata primária<sup>8</sup> nativa da região, apresentando-se como área natural importante para preservação ambiental também por ter nascente de mananciais.

A Mata São Lourenço é categorizada como Floresta Estacional Decidual, segundo a Secretaria Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Essa classificação indica que sua característica ecológica é produto de duas estações climáticas bem demarcadas. Ela ocorre destacadamente na região do Alto Uruguai e na borda sul do Planalto, fazendo limite com os campos da campanha gaúcha. Ainda, segundo o INRC, a referida mata possui características das Florestas Missioneiras, pois sua ocorrência é circundada por campos nativos. Sua biodiversidade está diretamente relacionada à sua altitude em relação ao nível do mar, e configura-se em um grande “capão” de mato, palavra derivada da língua Guarani “*Kaapa'u*”. Abaixo, uma imagem que mostra a localização da área:

FIGURA 1 – Mapa de localização São Miguel das Missões



Fonte: *Google Earth Pro*, elaborada pela autora.

<sup>8</sup> Mata primária designa um local onde nenhum tipo de intervenção humana significativa aconteceu a ponto de modificar sua estrutura de biodiversidade, exibindo, portanto, características ecológicas únicas. Fonte: <<http://www.apremavi.org.br/as-florestas-secundarias/>>

FIGURA 2 – Mapa de localização Mata São Lourenço



Fonte: *Google Earth Pro*, elaborada pela autora.

FIGURA 3 – Mapa da área Mata São Lourenço



Fonte: *Bing Maps*, elaborada pela autora.

Segundo Cossio (2015), “a Mata São Lourenço trata-se de um dos últimos fragmentos de floresta na região e pode ser caracterizada como uma fronteira agrícola local, na expansão das lavouras de soja e trigo” (COSSIO, 2015: p. 80), sendo habitada, em seu interior, por manadas de búfalos criados para fins comerciais. Essa criação é algo que tem provocado sua rápida degradação, uma vez que a vegetação local é utilizada enquanto alimento para essas espécies exóticas. Outros usos também se fazem

presentes na área, como o desmatamento de árvores, cujas madeiras são vendidas, e o uso do solo para a lavoura.

A Mata São Lourenço não deve ser vista como local aleatório ou casual aos Mbyá, pois faz parte de uma antiga área ocupada por eles, que remonta à época das reduções jesuíticas, tese fundamentada a partir de vestígios arqueológicos encontrados no local. Ela é rota de circulação Guarani entre os municípios de São Miguel, São Lourenço e Caaró, retomada no século XX por Carlito Poku, que estabeleceu a *tekoá*<sup>9</sup> *Kaaguy Miri* no interior da Mata São Lourenço, nos anos 70. Os Mbyá utilizam as taquaras que encontram neste local, como a *takuaete'i*, além de outras espécies importantes que somente se encontram ali, para a extração e confecção das artes (COSSIO, 2015).

A Mata São Lourenço é um “marco natural da região”, pois pode ser vista desde a cidade de São Miguel das Missões. Contudo, os elementos que ligam a ocupação Mbyá com o referido local, remontam a elementos memoriais da antiga *Tekoá Kaaguy Miri*.

Como afirmado anteriormente, a Mata São Lourenço é reivindicada pelos Guarani a partir da argumentação de ter sido uma localidade ocupada por eles há muitos anos, fazendo parte de sua rota de circulação, além de ser patrimônio natural bastante importante para sua reprodução física e cultural, já que boa parte das famílias Mbyá tiram seu sustento através da produção dos artesanatos feitos a partir de determinadas plantas, sementes e madeiras. Sobre isso, Cossio (2015) argumenta que:

A Mata São Lourenço, além de representar um dos últimos (e ameaçados) fragmentos de mata preservada na região missioneira onde, por exemplo, pela presença de grandes árvores de *yary* (cedro; *Cedrelafissilis*) se torna possível um caminho de (re) equilíbrio cosmo-ecológico, apresenta uma outra característica muito importante: a proximidade com o Sítio Arqueológico de São Miguel, onde hoje é comercializado o artesanato (COSSIO, 2015: p. 82).

O autor ainda ressalta que a extração das plantas e matérias-primas das matas não se dá com maior frequência devido, principalmente, à escassez de espécies e à dificuldade de acesso às florestas. Os vínculos estabelecidos pelos Guarani com as matas, rios, etc, não correspondem às concepções de uso e extração de recursos naturais,

---

<sup>9</sup> A expressão *Tekoá* significa “lugar onde se vive o modo de ser Guarani”, não sendo termo reduzido ao entendimento ocidental de aldeia ou comunidade. Fonte: <<http://dicionario.sensagent.com/TEKOA/pt-pt/>> Acesso em: 09/02/2018.

concebidas desde um viés desenvolvimentista moderno, caracterizado por uma política econômica que visa o crescimento da produção industrial e da agricultura com atuação direta do Estado, em uma lógica de apropriação de recursos baseada na exploração de bens naturais como forma de geração de riqueza.

No início deste trabalho, relatei uma situação na qual encontrei três mulheres trazendo taquaras de dentro de um capão de mata, localizado dentro de uma propriedade particular de produção agrícola. As taquaras levadas do capão eram matéria-prima utilizada para o artesanato realizado por essas mulheres. Os materiais utilizados pelos Mbyá para a elaboração do artesanato, entre outros usos, encontram-se cada vez mais escassos devido ao aumento gradual das áreas de produção agrícola e decorre do fato de que as plantas/sementes/madeiras usadas por eles, existem em unidades vegetais específicas e pouco preservadas.

A relação estabelecida pelos Mbyá com as matas que ainda respiram minimamente em meio ao agronegócio, é discutida também em filme dirigido por Ariel Kuaray Poty e Patricia Kerexu, “Desterro” (2011). Os dois jovens diretores Mbyá refletem sobre as matas dos antepassados que se transformaram em lavoura, uma realidade não rara para grande parte dos grupos indígenas do país. No filme é demonstrado que algumas espécies de taquara utilizadas pelos Mbyá, se encontram no interior da Mata São Lourenço, bem como plantas utilizadas em sua medicina.

A luta pelo reconhecimento de territórios indígenas não é recente, e no território do Rio Grande do Sul, os grupos Guarani ainda batalham pelo reconhecimento de suas terras tradicionais. Embora tenham sido gradativamente empurrados para espaços isolados, eles continuaram mantendo fortes vínculos territoriais com determinadas áreas, o que pode ser verificado em documentos recentes como o Inventário Nacional de Referências Culturais (2006).

No ano de 1996, a Mata São Lourenço foi reconhecida pelos Mbyá-Guarani como parte de seu território tradicionalmente ocupado. De acordo com o inventário (2006):

Para os *Mbyá*, a Mata São Lourenço foi local onde existiu antiga aldeia que possui ligação direta com o acampamento de Caaró, até onde os antigos iam caminhando e depois podiam embarcar no Rio Urucuá e descer até o Uruguai pelo curso do rio Ijuí. São Miguel se manteve, assim, relacionada ao Tape segundo a concepção geográfico-cosmológica dos *Mbyá*, mesmo depois que

as áreas de campo e a mesopotâmia Ijuí-Piratini tornou-se dominada pela ocupação brasileira, através do eixo terrestre da BR-285 (INRC, 2006: p. 4).

Atualmente, a Mata São Lourenço é apenas contemplada pelos Mbyá que circulam na região das Missões. O acesso à mata, que já foi permitido pelo antigo proprietário para a coleta de matéria-prima, hoje é proibido pelos novos proprietários da área, além do impeditivo exercido pelas manadas de búfalos que vivem e pastam no local.

O uso e o contato dos Mbyá-Guarani com a Mata São Lourenço se dá através da memória e das práticas por eles utilizadas para a coleta de matéria-prima e plantas medicinais, usadas com diferentes objetivos e com diferente entendimento, através de sua própria cosmologia.

Embora existam princípios constitucionais que garantam aos povos indígenas o direito às suas terras tradicionalmente ocupadas - Constituição Federal de 1988 e Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho -, a realidade vivida por grande parte do povo Guarani não corresponde a estes preceitos. Liebgott e Bonnin (2013) afirmam que pelo fato de os Guarani:

Ser um povo extremamente religioso, relaciona-se com a terra como espaço físico e simbólico no qual se estabelecem elos entre o mundo físico e o espiritual, e se desenvolvem os valores como o da reciprocidade. Na terra os Guarani cultivam uma grande variedade de plantas medicinais, frutíferas e para o alimento diário (LIEBGOTT; BONNIN, 2013: p. 5).

A reivindicação por terras não pode ser entendida como concessão ou favor por parte do Estado. Na perspectiva Guarani, o que se demanda primordialmente é que seus direitos constitucionais sejam atendidos, e que possam viver de acordo com suas premissas da maneira que melhor lhes convêm.

Nesse sentido, Boaventura de Sousa Santos (2010), argumenta que a compreensão das diferentes formas de saberes/conhecimentos, se faz importante para o reconhecimento da experiência histórica do outro a fim de colocá-la em igualdade com as outras experiências legitimadas, pois entendemos que existiram e ainda existem intervenções políticas muito fortes no modo de vida dos Mbyá que passam por cima de sua cultura.

#### 4 REFLEXÕES SOBRE UMA PRETENSA SUPERIORIDADE OCIDENTAL

O Universo não é uma ideia minha.

A minha ideia do Universo é que é uma ideia minha.

(Fernando Pessoa - Alberto Caeiro)

A imposição de uma matriz ocidental de racionalidade nas Américas teve início no colonialismo, mas para além da descrição histórica deste fenómeno, os aspectos aqui discutidos remetem à sua natureza tal qual ela se manifestou e ainda se manifesta no campo das relações sociais e políticas.

O colonialismo como processo histórico baseou-se em práticas de conquista, dominação e exploração. Caracterizou-se também pela conseqüente subjugação pelos colonizadores dos povos que aqui viviam. Neste processo, e a partir dele, condições de superioridade e inferioridade foram se estabelecendo, bem como a classificação social da população em torno à ideia de raça, originadas a partir do que Quijano (2005) chamou de “colonialidade do poder” dentro do sistema capitalista colonial:

(...) A codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, conseqüentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder (QUIJANO, 2005: p. 117).

Para manter essa relação de poder colonial, foi necessário que houvesse uma negação de humanidade do *outro*. Quando se esvazia de conteúdo o *outro*, cria-se mecanismos que atuam para que este *outro* não seja legitimado em seu fazer/ser/pensar. Esse esvaziamento é característico do colonialismo. De outra maneira não haveria como submeter as pessoas que já viviam no continente às condições de subalternidade a que foram submetidas.

Dentro da estrutura colonial de poder<sup>10</sup>, operaram divisões de trabalho que se concretizaram a partir da categorização racial pelos colonizadores, como aponta Quijano (1992):

De fato, se olharmos as principais linhas de exploração e dominação social em escala global, as linhas da matriz do poder mundial atual, sua distribuição de recursos e trabalho entre a população do mundo, é impossível não ver que a grande maioria dos explorados, dos dominados, dos discriminados, são exatamente os membros das "raças", dos "grupos étnicos" ou das "nações" nas quais as populações colonizadas foram categorizadas, no processo de formação desse poder mundial, da conquista da América em diante<sup>11</sup> (QUIJANO, 1992: p. 12).

As investidas coloniais obtiveram sucesso, principalmente, porque conseguiram se afirmar como legítimas perante outras estruturas políticas e sociais. O êxito do colonialismo em perpetuar seu poder, se deu através da mistificação dos conhecimentos ocidentais, primeiramente como inacessíveis, e posteriormente como acessíveis a uma pequena parcela da população.

Mesmo que o colonialismo na América Latina tenha acabado, as formas de colonização impostas a partir de ideias como hierarquia, civilização, progresso, entre outras, continuam existindo estruturalmente, o que nos traz a noção de colonialidade, compreendida como as lógicas colonialistas que ainda operam em diferentes esferas sociais e políticas.

Há ainda uma conexão entre colonialismo e desenvolvimento, como aponta Porto-Gonçalves (2009), ao argumentar que a ideia de desenvolvimento possui história e lugar específico, no qual:

(...) A onda descolonizadora desencadeada pelos povos africanos e asiáticos no pós-guerra que proporcionou as condições para que os países que perdiam suas colônias reinventassem essa noção colonial, que passou a dividir o mundo entre os que eram desenvolvidos e os subdesenvolvidos<sup>12</sup> (PORTO-GONÇALVES, 2009: p.11).

---

<sup>10</sup> Para Raffestin: “O poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas. Pode-se retomar aqui a divisão tripartida em uso na geografia política: a população, o território e os recursos. Considerando o que foi dito sobre a natureza do poder, será fácil compreender por que colocamos a população em primeiro lugar: simplesmente porque ela está na origem de todo o poder. Nela residem as capacidades virtuais de transformação; ela constitui o elemento dinâmico de onde procede a ação. (...) O território não é menos indispensável, uma vez que é a cena do poder e o lugar de todas as relações, mas sem a população, ele se resume a apenas uma potencialidade, um dado estático a organizar e a integrar numa estratégia. Os recursos, enfim, determinam os horizontes possíveis da ação. Os recursos condicionam o alcance da ação” (Raffestin, 1993: p. 58).

<sup>11</sup> Tradução da autora.

<sup>12</sup> Tradução da autora.

Para o autor, não só o desenvolvimento é uma ideia colonial como as formas para se chegar ao suposto estado desenvolvido que tanto se ouve falar, possui formas coloniais de atuação.

Iniciando pela genealogia do termo “desenvolvimento”, Castoriadis (1987) argumenta que este foi criado a partir da ideologia do “crescimento econômico”, peça-chave para a solução de problemas oriundos da “crise do progresso” evidenciada a partir da década de 30. Desse modo, desenvolvimento pode ser lido como maturidade, o estado no qual determinado objeto passa por um processo de transformação para chegar em seu estado de excelência. E, tendo esses parâmetros atendidos, não seria mais inacabado e/ou imperfeito. Assim, a partir desta premissa, se julga o que é desejável e o que não é, em relação ao que se espera de uma sociedade.

Sobre a utilização da ideia de desenvolvimento e sua legitimação, o autor defende que:

(...) O termo “desenvolvimento” começou a ser empregado quando se tornou evidente que o “progresso”, a “expansão”, o “crescimento” não eram virtualidade intrínsecas, inerentes a todas as sociedades humanas, cuja efetivação (realização) se pudesse considerar como inevitável, mas propriedades específicas - dotadas de um “valor positivo” - das sociedades ocidentais. Estas foram consideradas, então, como sociedades “desenvolvidas”, entendendo-se com isso que elas eram capazes de produzir um “crescimento autossustentado”; e o problema parecia consistir unicamente nisso: conduzir as demais sociedades à famosa “etapa de decolagem”. Desse modo, o Ocidente se concebia, e se propunha, como modelo para o mundo inteiro (CASTORIADIS, 1987: p. 144-145).

A projeção que o mundo contemporâneo confere ao desenvolvimento, à ciência, à economia, ao conhecimento, etc, é uma criação da sociedade moderna ocidental, não sendo, portanto, algo percebido em todas as sociedades humanas. No entanto, não é que estas denominações não existam em outras matrizes de sociedade, elas podem ser expressas a partir de suas próprias noções daquilo que nomeamos como “desenvolvimento”, “ciência”, “economia”, etc. Nesse sentido, o processo de conhecer o *outro*, a partir do relato do *outro*, auxilia no entendimento das diversas maneiras de compreender o mundo e nomear as coisas nele, através das diferentes práticas e das formas de organização de cada sociedade, colocando as diferentes acepções dos termos explicitados, por exemplo, em diálogo conforme Santos (2010).

O diálogo de saberes enquanto instrumento que coloca em questão a hierarquização do conhecimento, trazendo a possibilidade de reflexão a partir da compreensão de que há muitas racionalidades existentes no mundo e que a discussão

que surge a partir do contato com a diferença, é fundamental na busca pelo reconhecimento da igualdade, dentro daquilo que é naturalmente, diferente.

#### 4.1. A CONSTITUIÇÃO DO IMAGINÁRIO-SOCIAL COMO PERSPECTIVA PARA A COMPREENSÃO DE ORGANIZAÇÃO DAS SOCIEDADES

Para discorrer sobre temas como desenvolvimento e racionalidade, se faz necessária alguma reflexão a respeito da natureza dessas manifestações. Em quais condições são expressas? Aqui, tomaremos como natureza dessas concepções, as relações expressas a partir da criação de um imaginário-social, conforme concebido pelo filósofo francês Cornelius Castoriadis (1987). Para esse autor, cada sociedade elabora suas normas e valores próprios, e a realização dessas normas, valores, etc, é o que ele chama de “imaginário instituinte”, cada sociedade possui um imaginário e cada imaginário possui seus aspectos diferenciais (valores, normas, etc.).

Este conceito é fundamentado a partir da inversão ontológica da ideia de existência do ser, onde a determinidade (racionalidade ocidental) é substituída pela indeterminação, ou pela possibilidade do ser. A partir dessa inversão do modo de saber, o autor coloca a imaginação no centro do pensamento sobre o ser, e abre uma brecha para o questionamento da racionalidade ocidental de conceber essas proposições.

Nessa linha de raciocínio, há ainda duas acepções a esclarecer sobre a constituição imaginária da sociedade. A primeira diz respeito ao modo como cada sociedade é construída, constituída, criadora de seu próprio mundo. Sua identidade é seu “sistema de interpretação” do mundo (CASTORIADIS, 1987: p. 241). A segunda fala sobre as dimensões nas quais as sociedades incorporam suas significações, sendo uma de dimensão lógica conjuntista-identitária - na qual “a sociedade opera com e mediante ‘elementos’, ‘classes’, ‘propriedade’ e ‘relações’ postulados como distintos e definidos” (CASTORIADIS, 1987: p. 243), próprios de uma racionalidade onde a existência é determinada. E a segunda na “dimensão propriamente imaginária” (CASTORIADIS, 1987: p. 244), onde a existência é expressa como significação, ou possibilidade.

Desse modo, a concepção de imaginário-social se torna proposta contrária ao positivismo e ao determinismo da racionalidade do ocidente, porque é pensamento elaborado para pensar a alteridade e a criação, não correspondendo à esfera do pensamento moderno-colonial, onde a identidade e a permanência são os aspectos fundamentais de sua essência. (LOSADA, 2014: p. 44-45).

A ideia de imaginário-social conforme proposta por Castoriadis (1987) como conceito de inversão ontológica e epistemológica pode ser trazida para elucidar o seguinte dilema: “há criação ou a história humana é uma interminável repetição, um eterno retorno”? (LOSADA, 2014: p. 51). Nesse sentido, acredito que o que observamos hoje, enquanto pensamento determinado de sociedade e suas características, é inevitavelmente o da repetição, tomando como exemplo, a própria produção territorial de desenvolvimento rural brasileiro, a começar pela expansão das fronteiras agrícolas que nunca cessaram. As atividades econômicas do campo hoje, se pautam pela produção e exportação do grão da soja, tornando-se o pilar do desenvolvimento econômico a partir dos anos 2000, e é interessante observar a semelhança desse quadro com a produção de cana-de-açúcar no período colonial, que foi a base econômica brasileira durante um século e meio (KAGEYAMA, 2008).

Embora sejam períodos de tempo bastante distantes, se aproximam em características de racionalidade de produção, marcados por uma ideia de desenvolvimento econômico. Certamente que as condições nas quais essas estruturas hoje se consolidam, são bastante diferentes daquela época. Contudo, é necessário observar que a lógica de apropriação da terra, seu uso e a comercialização da produção, não mudou muito desde então.

Uma das evidências de repetição dessa racionalidade ocidental é o pensamento herdado em relação aos povos autóctones dos continentes colonizados, onde o índio não é um ser ajustado à sociedade: suas formas de concretizar suas experiências no mundo são diferentes das maneiras pelas quais a sociedade dos brancos se materializa, e essas diferenças são também produtos das suas distintas maneiras de compreender o espaço. Nesse raciocínio, o indígena representa “atraso” ao desenvolvimento proposto pela razão ocidental. Mesmo habitando o mundo sob a mesma condição humana, não tem reconhecida essa mesma condição de igualdade em se tratando de *saber*.

Está claro e posto que o modo como construímos o conhecimento, tem em sua origem uma matriz racional ocidental, determinada, posta e aceita como legítima. Prova disso é este próprio trabalho, sua estrutura de argumentação, as origens de sua argumentação e a forma como se apresenta. Contudo, o movimento que se faz aqui é buscar fontes que, mesmo dentro dessa lógica, consigam abrir espaços de diálogo com o que está colocado como determinado.

## 5 CONFRONTO DE TERRITORIALIDADES: MBYÁ GUARANI X ESTADO

Como apontado anteriormente, o território tradicional Guarani é bastante vasto, compreendendo porções dos territórios dos países Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia (LIEBGOTT, 2010: p. 5). Ainda de acordo com o autor, no Rio Grande do Sul, a maior parte da população Guarani se concentra nas cidades próximas à Porto Alegre, na região das Missões e no Litoral. Segundo Gobbi et al (2010: p. 20), “os Guarani estão entre os povos de mais longa e intensa experiência com os colonizadores”. Este fato, somado a todas as empreitadas desde a época da colonização, fizeram com que, hoje, os territórios indígenas se encontrem dentro de limites demarcados por cercas, fazendo limite com plantações, beira de estradas, cidades e etc. Isso acontece porque mesmo que haja um reconhecimento dos territórios indígenas, quando esse reconhecimento é realizado pelo Estado, está sempre associado a uma leitura hegemônica, onde o território é visto como área restrita para o exercício da autoridade, com limites precisos. Dessa forma também, a aceitação de outras realidades territoriais se torna algo bastante problemático para o Estado:

A existência de outros territórios no Estado-nação, sejam eles as autoproclamadas “nações” ou “nacionalidades”, ou territórios sociais como estamos analisando aqui, representa um desafio para a ideologia territorial do Estado, particularmente para sua noção de soberania (LITTLE, 2003: p. 258).

Contudo, os territórios indígenas, apesar de serem demarcados através dos moldes mencionados acima, não necessariamente obedecem a esta concepção, pois suas práticas não atendem a esses limites: elas são intrínsecas ao modo como os Guarani constituem sua territorialidade. Nela, a mobilidade é uma variável constante.

Sobre a mobilidade Guarani, Ladeira e Felipim (2004) argumentam que:

Na concepção de território dos Guarani-Mbyá está implícita uma dinâmica (política, social, religiosa e econômica) entre seus vários núcleos, essencial à reprodução de seu mundo. Como consequência, a mobilidade entre aldeias de diversas regiões permite aos Guarani a apreensão de seu território, garantia de sua reprodução enquanto povo e etnia (LADEIRA; FELIPIM, 2004: p. 252).

De acordo com esse aspecto, o Inventário Nacional de Referências Culturais (2006) afirma:

Os territórios Mbyá são entendidos enquanto “províncias” (Guará), compostas por uma ou mais aldeias (tekoha) e diversos acampamentos, todos ligados direta ou indiretamente entre si por laços de parentesco e de alianças.

Os referidos *guará* não são unidades políticas autônomas nem permanentes e seus territórios possuem fronteiras cambiantes, cada um deles mantendo conexões com os demais através da estratégia contínua de circulação, da itinerância e da visitação mútua (INRC, 2006: p. 11).

Os territórios Guarani também são compostos por redes de reciprocidade, onde “estes grupos se conectam pela manutenção das relações de parentesco e afinidades (visitas de parentes) e pelo constante intercâmbio de recursos naturais e materiais, estabelecendo uma rede de reciprocidade e sociabilidade” (GOBBI et al, 2010: p. 28). E como não são territórios contíguos, configuram aquilo que Haesbaert (2004) define como território-rede, em uma tentativa de aproximar conceitos como território e rede, não os separando, mas pensando a dimensão territorial através de seu caráter flexível e temporal, evidenciando seu dinamismo. Os grupos Mbyá se mantêm coesos por conta da sua extensa rede familiar e através da mobilidade, elemento constituinte de sua territorialidade.

É importante não reduzir o constante deslocamento dos Mbyá como migração, sendo o conceito *mobilidade* o mais adequado para se referir a essa prática, que inclui a migração em si, mas não se reduz a ela, como aponta Garlet (2009).

Para Pradella (2009) é importante pensar a mobilidade Mbyá a partir de territorialidades e espacialidades específicas. O autor demonstra, a partir da perspectiva de diferentes autores, que muitos aspectos políticos e culturais estão relacionados ao caminhar Guarani, os quais passam pela busca da “terra sem males”, por atritos com as sociedades não indígenas, revisitação de mitologias, ideais de terra, etc.

Estes aspectos caracterizam seus modos específicos de espacialização, porém não são imutáveis. Pelo contrário: a presença Mbyá na atualidade é produto da sua capacidade de se adaptar e resistir às fortes transformações que ocorreram ao longo do tempo e interferiram drasticamente no seu modo de vida. Dessa maneira:

A insistência em argumentar em favor da configuração de especificidades para cada grupo pretende, ainda, que tais peculiaridades não sejam decorrentes apenas de diferenças inerentes às características culturais essencialistas. Antes, visa evidenciar os modos pelos quais a estrutura cultural de cada grupo tem reagido aos processos históricos pelos quais foram atravessadas (GARLET, 2004: p. 53).

## 5.1 DISTINTAS SOCIEDADES, DISTINTAS TERRITORIALIDADES

Haesbaert (2007) fala que “enquanto ‘*continuum*’ dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações” (HAESBAERT, 2007: p. 22), para desse modo diferenciar os territórios de acordo com os distintos sujeitos que os criam. Ao enfatizar a importância de trabalhar o território e a territorialidade nas suas diversas expressões, a partir dos diferentes sujeitos que nele estão implicados, a dimensão ontológica aparece como um fato inerente ao território, ou seja, a apropriação de espaços como constituição territorial sendo parte da natureza do ser.

O autor coloca ainda que é importante compreender os processos de territorialização pela sua historicidade a partir das diferentes manifestações territoriais que ocorrem ao longo do tempo e dos espaços. Diferentes sociedades coexistindo simultaneamente. Desse modo:

[...] é fundamental perceber a historicidade do território, sua variação conforme o contexto histórico e geográfico. Os objetivos dos processos de territorialização, ou seja, de dominação e de apropriação do espaço, variam muito ao longo do tempo e dos espaços. Assim, as sociedades tradicionais conjugavam a construção material (“funcional”) do território como abrigo e base de “recursos” com uma profunda identificação que recheava o espaço de referentes simbólicos fundamentais à manutenção de sua cultura (HAESBAERT, 2007: p. 28).

O professor venezuelano José Angel Quintero Weir (2011) apresenta reflexões em torno às criações autônomas inerentes a cada sociedade, tomando como ponto de partida a constituição organizacional das sociedades indígenas.

O autor argumenta que é no desenvolvimento de estratégias para permanecer no mundo, que um grupo social se torna coeso, e as soluções encontradas para as suas necessidades estão ligadas aos lugares e conhecimento dos espaços onde estes grupos habitam. Assim, cada grupo social, coeso em sua forma de apreender e significar o espaço no qual vive, se territorializa. A isso chamou “processo de territorialização”:

Así entendido, el proceso de *territorialización* se configura, esencialmente, como el conocer y aprender el lugar y, durante el mismo, la comunidad humana no sólo observa, reconoce, prueba, experimenta y comprueba todo lo presente en el lugar, sino sobre todo, *nombra*, precisamente, a partir de su observación y experimentación con lo existente. Este nombrar será entonces el resultado de: a. Una perspectiva o punto de vista desde donde el colectivo

social observa al mundo y lo experimenta; y, b. Una síntesis conceptual de la observación y experimentación con el mundo (WEIR, 2011: p. 97)<sup>13</sup>.

É esse processo de territorialização que diferencia um grupo social de outro, bem como caracteriza sua territorialidade, pois um mesmo fenômeno, observado por duas perspectivas diferentes, poderá gerar duas significações distintas. Assim, para o autor, “as ações e a forma de executar as ações para territorializar um lugar, terminam por configurar o que chamamos de *territorialidade*” (WEIR, 2011: p. 97).

Weir (2011) pensa a sociedade como constituída através da territorialidade expressa por cada grupo social. A territorialidade se forma no momento que se estabelecem relações próprias com determinado lugar. Os grupos sociais, ao se apropriarem dos espaços, constroem um discurso sobre ele de acordo com sua leitura de mundo, seus referenciais específicos.

Essas reflexões remetem à concepção de imaginário-social conforme proposto por Castoriadis (1987). Para o autor, essa concepção permite pensar a dimensão criadora do sujeito e da sociedade. O filósofo argumenta que as instituições criadas por cada sociedade, como “normas, valores, linguagem, etc”, são os elementos que dão sustento à coesão de um grupo. Desse modo, a identidade do indivíduo é formada a partir do que o autor chamou de instituições particulares, ou seja, as “normas, valores, etc” da sociedade na qual vive, reproduzindo os elementos que conformam sua estrutura. O autor argumenta ainda que toda sociedade cria seu próprio mundo, incluindo-se nele. Assim, a sociedade é autocriação perpetuada através da história.

Se toda sociedade possui suas próprias instituições, logo, ela irá apreender e “nomear” o mundo de acordo como o concebe. A apreensão, a apropriação dos elementos que constituem o mundo, acontecem a partir de diferentes formas de “ler” o mundo: em outras palavras, de o significar.

Ao evidenciar as formas como se expressam as territorialidades indígenas na apropriação dos espaços por eles ocupados ou reivindicados, entendemos que a

---

<sup>13</sup>“Assim entendido, o processo de territorialização é configurado, essencialmente, como conhecer e aprender o lugar e, durante o mesmo, a comunidade humana não só observa, reconhece, prova, experimenta e verifica tudo presente no lugar, mas acima de tudo, ela o nomeia, precisamente, a partir de sua observação e experimentação com o existente. Esta nomeação será o resultado de: a. Uma perspectiva ou ponto de vista de onde o coletivo social observa o mundo e experimentá-lo; e, b. Uma síntese conceitual de observação e experimentação com o mundo.” (Tradução da autora)

discussão que envolve territorialidades e imaginário-social seja relevante no sentido de conferir clareza a respeito das diversas formas de constituição de territorialidades.

Apontar algumas reflexões a respeito da constituição territorial das sociedades, sejam elas indígenas ou não, demonstra que a importância da discussão está na ideia de que reconhecer as diferentes apreensões de mundo são passos necessários para tratar a respeito da multiplicidade de manifestações que existem e coexistem no mundo a partir das referências próprias de cada sociedade.

## 6 REFLEXÕES FINAIS

A partir das experiências que tive com grupos Mbyá Guarani ao longo de minha trajetória, tive contato com outras formas de vida que mudaram o modo como eu concebia o mundo e o seu funcionamento. Depois do primeiro contato que tive com eles, fui entendendo a maneira como suas vidas sofreram fortes intervenções por outras lógicas de mundo. Isso fez com que, hoje, vivam relegados a uma situação de marginalidade, desde os lugares onde habitam, até uma marginalidade pela forma como pensam e apreendem o mundo, o seu mundo.

Por este motivo, procurei fazer um trabalho de conclusão de curso em geografia que procurasse evidenciar um dos tantos problemas enfrentados pelas populações indígenas e, em especial, a maneira como constituem suas vidas, por entender que existe uma imposição na forma de se perceber o diferente, nós enxergamos o *outro* com os olhos viciados, e essa imposição altera drasticamente a maneira como os indígenas tentam viver reproduzindo sua cultura.

Este trabalho certamente não é algo finalizado, pelo contrário, penso que ele pode servir para a continuação da discussão territorial indígena dentro da geografia, que considero importante por tantos motivos e, inclusive, porque acredito que o papel da universidade seja o de inspirar à transformação social, algo tão utópico, mas também muito real.

Acredito que algumas das considerações feitas aqui, desempenharam de certa forma, a função de um espelho, na qual aquilo que percebemos hoje, seja um reflexo – muitas vezes grosseiro – de coisas que foram se construindo no passado.

Desse modo, procurei demonstrar através de um estudo de caso sobre a reivindicação de uma área que se fundamenta a partir de territorialidades indígenas não-correspondentes à ótica hegemônica de território, que existem tantas formas de significar e apreender o mundo quanto nossa vã filosofia consegue dar conta, além disso, a forma unidimensional como a racionalidade ocidental considera o funcionamento do mundo, contribui para uma visão bastante limitada a respeito das sociedades que se desenvolvem a partir de outras concepções, categorizando-as muitas vezes, como pobres e/ou incapazes.

Considerando o que foi exposto até aqui, passando pelo histórico dos processos que se desenvolveram na ocupação da região noroeste do estado do Rio Grande do Sul e analisando um contexto político, social e cultural envolvendo a Mata São Lourenço, busquei compreender como se dão as diferentes matrizes discursivas sobre território para um melhor entendimento acerca dos conflitos e diferentes visões que envolvem esta área, demonstrando de que forma uma lógica específica de mundo se propôs enquanto modelo a ser seguido, ignorando, muitas vezes, seus próprios limites. Repetindo ações e pensamentos que parecem não ter desaparecido depois de mais de cinco séculos de “descoberta” do continente latino-americano.

Acreditamos que o presente estudo possa contribuir para enriquecer o conhecimento sobre o conflito existente na Mata São Lourenço, um dos tantos exemplos de reivindicação de territórios indígenas espalhados pelos país. Porém, é importante salientar que esta situação é atual, e embora seja uma área reconhecida pelos Mbyá, não existe hoje nenhum procedimento jurídico que dê continuidade ao processo reivindicatório.

Entre tantos ataques a essas populações, os conflitos gerados a partir de imposições governamentais sobre os indígenas são um bom exemplo de como se exerce a dominação de uma esfera racional sobre outra. O Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 215 transfere para o Congresso Nacional a demarcação de terras indígenas, postura completamente arbitrária e colonialista que é prova disso. O simples fato de haver pessoas brancas decidindo a respeito de territórios os quais não entendem e tampouco se importam, demonstra o caráter ultrapassado e excludente de como se tratam as questões indígenas no Brasil.

Dentro de um cenário político e cultural que, pelos últimos 526 anos subalternizou e categorizou as populações indígenas como sendo qualquer outra coisa que não gente, acreditamos que a utilização de perspectivas que se contraponham a essas premissas, além de serem posturas políticas adotadas por aqueles que pensam que a concepção ocidental de mundo não é uma verdade universal, sejam fundamentais na desconstrução de um estereótipo criado e consolidado desde o processo colonial até o presente.

**Referências Bibliográficas:**

BAPTISTA, Jean; **O temporal [livro eletrônico]: sociedades e espaços missionais /** Jean Baptista. Brasília: IBRAM, 2015. Dossiê missões v. 1: 2 Mb; PDF.

BRASIL; **INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais: comunidade Mbyá-Guarani em São Miguel Arcanjo/ RS.** Porto Alegre: Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2004 – 2006.

CASTORIADIS, Cornelius; **As encruzilhadas do Labirinto: os domínios do homem.** 1ª Edição. Editora Paz e Terra. 1987.

CASTRO, Eduardo Viveiros de; **O conceito de sociedade em antropologia: um sobrevôo.** Encyclopedia of Social and Cultural Anthropology, organizada por A. Barnard & J. Spencer. Londres: Routledge, 1996.

COSSIO, Rodrigo Rasia; **Etnoecologia caminhante, oguata va'e, em trilhas para a descolonização de relações interculturais: Circulação de plantas e pessoas Mbyá Guarani entre Brasil e Argentina /** Rodrigo Rasia Cossio. – 2015. 222f.

DELGADO, Guilherme Costa; **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)/** Guilherme Costa Delgado – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DESTERRO Guarani. Realização: Vídeo nas Aldeias; Programa Cultura Viva – MINC. São Paulo: Cooperdisc Editorial Log, 2011. 1 DVD.

DIEGUES, Antonio Carlos e Viana, Virgílio M. (orgs); **Comunidade Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica.** 2ª edição - São Paulo: Hucitec - NUPAUB-USP/ CEC, 2004.

FELIPPE, Guilherme Galhegos; **A cosmologia construída de fora: a relação com o outro como forma de produção social entre os grupos chaquenhos no século XVIII/** Guilherme Galhegos Felipe. Jundiaí, Paco Editorial: 2014, 376 p.

FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini; **A desigualdade regional no Brasil Meridional.** Revista Geographia, UFF, v. 12, n. 24 (2010).

GARLET, Ivori J. De.; ASSIS, Valéria S; **Desterritorialização e reterritorialização: a compreensão do território e da mobilidade Mbyá-Guarani através das fontes históricas.** *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 11, n. 19, p. 15-46, jan./jun. 2009.

GOBBI, Flávio S.; BAPTISTA, Marcela M.; PRINTES, Rafaela B.; COSSIO, Rodrigo R; **Breves Aspectos Socioambientais da Territorialidade Mbyá-Guarani no Rio Grande do Sul.** In: Coletivos Guarani no Rio Grande do Sul: territorialidade, interetnicidade, sobreposições e direitos específicos. ALRS/CCDH: Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, 2010, pp. 19-32.

HAESBAERT, R; **Território e multiterritorialidade: um debate.** Revista GEOgraphia - Ano IX - No 17 – 2007.

KAGEYAMA, Angela; **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicações ao caso brasileiro** / Angela Kageyama – Porto Alegre; Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

LADEIRA, Maria Inês. FELIPIM, Adriana Perez; **Apoio à conservação ambiental de Terras Guarani e às atividades tradicionais de subsistência.** In: Comunidade Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica. 2ª edição - São Paulo: Hucitec: NUPAUB-USP: CEC, 2004.

LAW, John; **After Methods Mess in social science.** Publicado em Taylor & Francis e-Library, 2004.

LIEBGOTT, Roberto Antônio; BONIN, Iara Tatiana; **Territorialidade e luta pela garantia de direitos indígenas no Rio Grande do Sul.** Revista Autos & Baixas – Justiça Memória Cidadania. v. 1, n. 1, 2013.

LIEBGOTT, Roberto Antônio; **Os Guarani e a luta pela terra.** In: **Coletivos Guarani no Rio Grande do Sul: territorialidade, interetnicidade, sobreposições e direitos específicos.** ALRS/CCDH: Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, 2010, pp. 5-10.

LITTLE, Paul; **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade.** Anuário Antropológico/2002-2003. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004: 251-290.

LOSADA, Manuel; **Imaginário radical: A proposta de Castoriadis à atual crise dos paradigmas no campos das ciências naturais e sociais.** Boletim Interfaces da Psicologia da UFRRJ, 2014.

MANTELLI, Jussara; **O processo de ocupação do noroeste do Rio Grande do Sul e a evolução agrária.** Geografia, Rio Claro, v. 31, n. 2, p. 269-278, mai./ago. 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; **Del desarrollo a la autonomía: La reinvencción de los territorios.** Revista America Latina en movimiento, junho. 2009.

PRADELLA, Luiz Gustavo Souza; **Jequatá: O caminhar entre os Guarani.** Revista Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 99-120, jul./dez. 2009.

QUIJANO, Aníbal; **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Editora CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005.

\_\_\_\_\_. **Modernidad, identidad y utopia en America Latina.** Sociedad y Política, Ediciones Primera edición: Lima, agosto 1988.

\_\_\_\_\_. **Colonialidad y modernidad/racionalidad.** Perú Indig. 13(29): 11-20, 1992.

RAFFESTIN, Claude; **Por uma geografia do Poder.** São Paulo: Editora Ática S.A. 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa; **Refundación del Estado en América Latina Perspectivas desde una epistemología del Sur.** 2010.

SANTOS, Maria Cristina dos. BAPTISTA, Jean Tiago; **Reduções jesuíticas e povoados de índios: controvérsias sobre a população indígena (séc. XVII-XVIII).** História Unisinos 11(2):240-251, Maio/Agosto 2007.

SANTOS, Maria Cristina dos. FELIPPE, Guilherme Galhegos; (orgs.) **Protagonismo Ameríndio de Ontem e Hoje.** Paco Editorial, 1ª Ed. 2016. 352p.

SANTOS, Mirian de Oliveira; **Imigração Italiana para o Rio Grande do Sul no final do século XIX.** 2006.

SAUTU, Ruth et al.; **Marco teórico, formulación de los objetivos y elección de la metodología.** CLACSO, Colección Campus Virtual, Buenos Aires, Argentina. 2005.

WEIR, José Ángel Quintero; **Wopukariü jatumi wataawai: El camino hacia nuestro propio saber. Reflexiones para la construcción autónoma de la educación indígena.** Utopía y Praxis Latinoamericana / Año 16. N° 54 (Julio-Septiembre, 2011) Pp. 93 – 116. Revista Internacional de Filosofía Iberoamericana y Teoría Social.